

Obama, o transformador solitário

BERNARDO PIRES DE LIMA

Na economia, na diplomacia, na energia, no comércio externo, o legado de Obama promete colocá-lo no topo da hierarquia presidencial dos EUA

Ao contrário do habitual, dessa vez Obama não pediu aos seus *speechwriters* que trabalhassem o discurso que iria fazer três dias depois, em Oslo, na cerimónia de entrega do Prémio Nobel da Paz de 2009. Pediu-lhes apenas que reunissem alguma informação relevante, mas não que esboçassem uma argumentação, invertendo uma rotina oleada desde a mítica campanha *hope and change*, que um ano antes tinha eleito o primeiro afro-americano para a Casa Branca. Os miúdos Jon Favreau e Ben Rhodes estranharam, mas não tiveram outro remédio senão aceitar. E esperar.

No dia seguinte, Obama tinha vinte e uma reuniões agendadas sobre vários temas da governação e o tempo era cada vez mais curto para preparar um momento tão solene. Mas foi nessa madrugada que as seis páginas escritas a lápis mostraram como seriam os seus mandatos: feitos por um presidente normal e não messiânico, sem medo da solidão do poder, preocupado em restaurar para depois transformar,

cúmplice das palavras e da coragem em assumi-las, e com um estilo simples que se impôs na forma de liderar. Só alguém confiante com um pensamento próprio seria capaz de colocar a “guerra justa” como tema central do discurso de Oslo, uma argumentação que revisitou alguns dos seus autores preferidos (Santo Agostinho, Reinhold Niebuhr, Churchill, Martin Luther King) e esboçou as linhas com que a política externa americana se iria coser dali em diante, sem qualquer pudor em usar quarenta e quatro vezes a palavra “guerra” à frente de uma plateia de pacifistas.

Porquê a guerra justa? Porquê naquele momento? Porquê assumir a autoria de um discurso tão delicado? Por três razões fundamentais. Primeiro, ao contrário do que faria crer a revolucionária campanha eleitoral de 2008, Obama não é um político fabricado nas redes sociais, embrulhado num laço de populismo histórico para captar as angústias circunstanciais do eleitorado. Quem o viu discursar na conven-

ção de Boston do Partido Democrata, em 2004, percebeu as qualidades de um político emergente, inteligente e adaptável ao seu tempo. Esse discurso, também escrito pelo seu punho, prova que a naturalidade só lhe acrescenta carisma.

Segundo, a realidade nunca foi um bicho estranho para Obama e se havia altura de o reconhecer era aquela. E que realidade era essa? Apenas o mais pesado fardo de batalhas simultâneas herdadas por uma administração no pós-guerra: a crise financeira mais grave dos últimos setenta anos e duas guerras paralelas e de longa duração no Afeganistão e no Iraque. Era por isso preferível enfrentar com realismo estes círculos de crise do que entrar em negação, uma tentação que misturaria o escape da atribuição constante de culpas ao seu antecessor com a inexperiência executiva que a condescendência americana suportaria por pouco tempo.

Terceiro, e regressando ao discurso de Oslo, era imprescindível ligar a

Bernardo Pires de Lima

Investigador do Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa e do Center for Transatlantic Relations da Universidade Johns Hopkins em Washington DC. É autor de *A Síria em Pedacos* (2015), *A Cimeira das Lajes* (2013) e *Blair, a Moral e o Poder* (2008).

realidade com o poder da América pós-Bush, o que implicava reconhecer os limites globais do poder americano e ao mesmo tempo lembrar os poderes presidenciais. Ao assumir a condição de alto responsável pelo “estado de guerra”, Obama expôs com natural conforto o uso da força unilateral se necessário para defender o seu país. Por outro lado, ao recuperar a justeza de certas intervenções militares, reforçou o desígnio moral da política externa americana na salvaguarda de direitos e liberdades universais, como seria de esperar de alguém que tem na linha referencial Harry Truman, Ronald Reagan e Bill Clinton. A prudência fez o resto: mesmo sendo justas, é preciso questionar a viabilidade das intervenções, os efeitos para o estatuto dos EUA na hierarquia das potências, os meios ao dispor, as ratoeiras no terreno, o que o rodeia, mina e torna atractivo. Ou seja, Obama é um comandante-em-chefe em tempo de guerra com aura de pacificador, uma fina síntese do cepticismo republicano sobre a natureza humana em comunhão com a solução do internacionalismo democrata. É razão e coração, é força e calma, é liderança e simplicidade. Um tremendo político de campanha e um decisor frio, consciente da sua singularidade. Mas sobretudo do seu tempo.

A ditadura da realidade

Quando Obama tomou posse, em Janeiro de 2009, a economia americana sofria de hemorragia laboral a uma escala astronómica de delapidação, que rondou o milhão e meio de desempregados em 2008. Nove meses depois, a taxa de desemprego estava nos 10%, a

sensação de pânico bancário permanecia e a abordagem da Casa Branca junto dos principais banqueiros de Wall Street não colhia unanimidade entre os conselheiros económicos do presidente. Havia quem pedisse dureza e acções punitivas aos instigadores da bolha financeira (Robert Gibbs ou David Axelrod) e quem sustentasse ser aquele o momento de ajudar o sistema financeiro de forma a conter os danos colaterais numa economia em transe (Tim Geithner). O sangue frio do presidente falou mais alto e as políticas financeiras expansionistas da Reserva Federal e da Administração inverteram progressivamente a sensação de pânico sistémico, devolveram confiança à indústria, reverteram a hecatombe social e colocaram a política novamente à frente das finanças.

Passados seis anos, o défice federal baixara de 9,8% para 2,8% do PIB, a actividade económica tinha gerado 280 mil novos empregos só no mês de Maio de 2015, estabelecendo um record de crescimento sustentado do emprego pelo 63º mês consecutivo, no qual só o sector privado tinha criado 12 milhões de novos postos de trabalho, fixando a taxa de desemprego nos 5% no final desse ano. Quando discursou no Congresso em Janeiro de 2015, o quadro económico e a situação política esboçavam o balanço dos mandatos, mas também um quadro totalmente novo para Obama. Não só enfrentava pela primeira vez duas Câmaras com maiorias republicanas, invertendo por completo as duas maiorias democratas com que iniciou funções, como já não tinha de lidar com as longas missões no Iraque e Afeganistão (oficialmente concluídas), e acima de tudo

podia apresentar com orgulho uma economia a funcionar, com 92% de confiança nos índices de consumo e um PIB a crescer 5%.

Esta arrumação da casa foi a prioridade de Obama desde a primeira hora, porque no entender da Administração só assim poderia recapitalizar a influência americana no exterior e recuperar a dinâmica transformadora por que a liderança dos EUA no sistema internacional se tinha pautado nos anos de Bill Clinton. E não vale a pena esconder a preponderância que a era clintoniana tinha na administração Obama, quer ao nível político-ideológico, quer na quantidade de figuras que transitaram entre os dois governos, de John Podesta a Rahm Emanuel, de Larry Summers a Susan Rice, de Tom Donilon a William Daley.

Obama foi eleito propondo duas grandes acções externas: terminar a presença militar no Iraque, fazendo regressar as tropas, e diluir a “guerra global ao terror”, enunciada por George W. Bush, através de uma campanha focada na caça às lideranças da Al-Qaeda usando aviões não-tripulados em detrimento de homens no terreno. Os *drones* são uma forma de os políticos conduzirem a guerra sem estarem em guerra, mas precisam de um debate intenso e um enquadramento legal. Hoje são Israel ou os EUA a projectá-los. Amanhã será a China, o Irão, a Rússia ou qualquer outro. Todos num completo livre arbítrio. Todas as guerras exigem regrase os EUA precisam também de liderar este debate para não serem ultrapassados por ele.

Num plano paralelo, concedeu ser o Afeganistão uma “guerra de necessidade”, que precisava de ser comple-



OBAMA, O TRANSFORMADOR SOLITÁRIO

ILUSTRAÇÃO
ANDRÉ CARRILHO



tada com o mínimo de sucesso – para isso aprovou um aumento de tropas, tal como Bush no Iraque –, e defendeu uma necessária viragem na imagem da América no mundo, partindo do zero com a Rússia e refazendo as relações com o Médio Oriente, no famoso discurso do Cairo. Acontece que os mandatos de Bush foram demasiado marcantes para serem apagados de um momento para o outro. Assim, o espantado da crise financeira obrigou Obama a refazer as perguntas ao seu gabinete antes de tomar decisões externas: quanto é que isso vai custar? E qual o impacto nas contas públicas? Esta condicionante é a grande marca distintiva para Bush: quando este chega à Casa Branca, Clinton deixara o Tesouro com *superavit* e a partir do 11 de Setembro argumentos não faltaram para financiar a segurança interna. Foi em nome disso que o Congresso abriu os cordões à bolsa para sustentar duas guerras simultâneas – só a do Iraque custou 800 mil milhões de dólares.

Ora, Obama não encontrou as mesmas condições quando tomou posse em 2009. A ressaca das longas guerras, os cofres deficitários, o sistema bancário em colapso e uma crise social em potência viraram a prioridade para a reconstrução interna. A promessa do fecho de Guantánamo passou à história, o tipo de “intervenção humanitárias” seriam determinadas pelo interesse nacional e a permanência militar no terreno por tempo indeterminado seria uma opção inexecutável. Obama precisava, contudo, de resultados. Para ser um presidente transformador tinha primeiro de ser um presidente restaurador.

Restaurar para transformar

Como vimos, a prioridade estratégica passou por enfrentar os dilemas económicos internos para poder, juntamente com as maiorias democratas no Congresso, reconquistar *momentum* político para fazer as grandes re-

formas da legislatura. A primeira de todas, na linha de uma agenda democrata tradicional, passava por estender o direito à saúde a 30 milhões de excluídos do sistema, garantindo o acesso a um programa de assistência suportado pelo governo federal e que ficou conhecido como *Obamacare*. O presidente precisava de aprovar este pacote antes das *midterms* de 2010, para não correr o risco de esbarrar com um Congresso hostil e ideologicamente avesso ao “grande governo”. E conseguiu-o. Não foi um processo fácil, abriu feridas ideológicas profundas nas várias latitudes cada vez mais hostis à intromissão de Washington nas suas competências, mas o cumprimento de uma tão importante bandeira democrata deu a Obama a força política necessária para estabelecer-se como um político que cumpre promessas e como um líder fiel à coligação social que o elegeu.

A capitalização política presidencial passou a caminhar lado a lado com a radicalização do debate a partir do momento em que o Congresso passou a ter maiorias distintas (2010 e 2012) e uma maioria republicana (2014), expondo os bloqueios institucionais em redor da aprovação de orçamentos federais ou do aumento do tecto da dívida pública, além de tornarem mais clara a necessidade de afirmação sistémica do presidente, o que o obrigou a negociar em permanência, recorrendo para tal à figura da Administração com melhor *network* no Congresso: o vice-presidente Joe Biden. O saldo não foi famoso: o debate radicalizou-se, as pontes partidárias dilapidaram-se, o sistema bloqueou e a popularidade de Obama caiu (45%). Convém é lembrar que a do Congresso é quatro vezes mais baixa (10%).

Em paralelo à sustentação dos danos herdados da crise financeira de 2008, à estratégia económica levada a cabo e à aprovação da grande reforma da saúde, o elemento restaurador como passo para a transformação

também pautou a política externa de Obama. No campo da restauração da imagem dos EUA, era importante reconstruir pontes diplomáticas, tarefa que, em abono da verdade, Condoleezza Rice já havia iniciado em 2005. Obama tem procurado gerir o declínio americano ao mesmo tempo que deseja preservar a supremacia entre as grandes potências. Como é que o tem feito? Através de uma diplomacia directa e na ligação entre interesses partilhados e alinhamentos sustentados com outras potências, de forma a lidar com ameaças e desafios comuns. São disso exemplo as tentativas para melhorar as relações com a China, Rússia, Cuba e Irão, embora com resultados distintos e nem todos satisfatórios.

Começemos pela China. Colocar a China no topo da agenda passou por assumir que o eixo central da política internacional está entre Washington e Pequim. A ideia do “*pivot* para o Pacífico” servia para muscular politicamente a longa presença militar e comercial, e definir um contrato duradouro para lidar com a “ascensão inexorável” da China. Mas esta estratégia nunca foi acertada nos termos, no tempo, nem teve capital político necessário. É provável que o discurso oficial tenha tocado mais nos desafios da Ásia e do Médio Oriente do que da Europa, mas isso não significa que esta tenha saído do radar. Mais do que uma regressão na substância transatlântica, assistimos à tentativa de afinação de um novo discurso.

Faltou, no entanto, esboçar os termos de uma grande estratégia, sendo que o que mais se aproximou dos seus termos foi “o século americano no Pacífico”, enunciado por Hillary Clinton em 2011. Contudo, ficou-se por um esboço do que pode ser uma longa prioridade na política externa americana, mas nem esta é particularmente nova (os EUA são há muito uma potência no Pacífico), nem tem sido posta em prática de uma forma coerente e perceptível. Para ser uma “grande estratégia” precisa de uma “grande ideia”, de ser

Talvez o grande fardo do próximo presidente seja maximizar a importância da revolução energética em curso nos EUA e no Atlântico. Obama tornou os EUA auto-suficientes, alterando o seu perfil de importador crónico para grande produtor global

posta em acção durante o mandato presidencial e ser capaz de lhe sobreviver. Como a “contenção” de Truman ou o “alargamento democrático” de Bill Clinton. O “*pivot* para o Pacífico” não é uma grande ideia, porque nem é uma inovação, nem é assente em estas e opções políticas evidentes. Obama tem tanto de Lincoln e Bush pai, como de Lindon Johnson e Clinton: ele é muito mais uma síntese das grandes tradições da política americana do que fundador de uma doutrina.

Além disso, a interdependência entre o Ocidente e a Ásia é profunda, não vive, como no confronto com a URSS, atrás de muros, telefones vermelhos ou guerras por procuração. Por isso, Obama aproveita o momento geopolítico para negociar mais e melhor (acordo de emissão de gases), desafiar menos (crise em Hong Kong) e, em último caso, cortejar a China para poder resolver dilemas como a insegurança cibernética, disputas territoriais asiáticas ou regras do comércio internacional.

Ainda na Ásia, vale a pena particularizar a Birmânia. Desde 2010, o regime reformou-se para responder à pressão externa e ao avolumar de protestos internos: libertou Suu Kyi e outros presos políticos, realizou eleições, aliviou a censura, abriu-se ao investimento estrangeiro, legalizou o direito à greve, diminuiu a dependência chinesa e viu os EUA aliviar sanções, posicionando-se como principal promotor externo dessa “liberalização”. Obama

foi o primeiro presidente americano a visitar o país (2012) e Clinton manteve uma relação privilegiada com Suu Kyi, num reconhecimento da Birmânia como caso exemplar de concorrência entre as esferas chinesa, indiana e americana. A existir um “século do Pacífico americano”, ele passa pela Birmânia.

Debrucemo-nos, em seguida, sobre a Rússia, cujo revisionismo violento também enfraqueceu a dinâmica de uma narrativa pós-europeia por parte da administração Obama. A agressividade russa na Geórgia (2008) e na Ucrânia (2013) ressuscitou a NATO, enterrou o apaziguamento entre Obama e Medvedev e afinou a mira energética sobre os governos europeus, no momento em que a revolução do gás de xisto dotou os EUA de outra autonomia estratégica. Este é o tempo do regresso do Leste da Europa à prioridade do Pentágono e no qual a NATO será palco de concorrência pela atenção logística americana. Sem querer, Putin recolocou os EUA como a “nação indispensável” na Europa. Mas é também o tempo das oportunidades, dado que a maioria das reservas de gás de xisto americanas estão na costa atlântica e o Canadá e o México estão a revelar o seu potencial, tornando o Atlântico na geografia apetecível à diversificação europeia e à redução da dependência de Moscovo. Além de ser segura, é pautada por relações de cumplicidade política e económica praticamente inquebrantáveis.

Fixemo-nos, agora, na abertura a Cuba, cujo grande sinal é geopolítico. Cuba é um artefacto da Guerra Fria e com a Venezuela em colapso financeiro e o Brasil em recessão, não havia melhor altura para lhe estender a mão. Os EUA reconhecem o falhanço de décadas de bloqueio económico como factor de mudança de regime, mas mostram-se como os possíveis garantes de uma transição cubana apoiada e sem implosões. Para Washington, Cuba pode ser nas costas do Atlântico o que a Birmânia tem sido nas costas do Índico: o exemplo mais interessante e estratégico de abertura a Washington e de equilíbrio com a tutela histórica dominante. Se, na prática, vai continuar a ter nas maiorias republicanas do Congresso um bloqueio extra, no plano estratégico, Obama já fez história.

Por fim, o Irão. Não há nenhum assunto relevante no Médio Oriente que possa ser dissociado do estatuto regional alcançado pelo Irão. Síria, Iraque, ISIS ou Iémen mostram o papel decisivo de Teerão no choque de titãs com a Arábia Saudita, o qual espelha a clivagem sangrenta entre xiitas e sunitas nesses territórios e na manutenção e aumento de poder nos teatros de guerra contra o ISIS. Ora, esta elevação do Irão a grande potência decisiva regional é um embaraço para Israel, Arábia Saudita, Egipto e Turquia. Por outras palavras, condiciona as alianças tradicionais dos EUA e obriga Washington a um de dois caminhos: ou tenta

acomodar essa ascensão ou acelera a hostilidade. O que temos visto por parte de Obama é uma clara preferência pela primeira via. A razão é esta: Obama reconhece a perda de influência decisiva americana de outros tempos, quando conseguiam equilibrar os eixos que fizeram a sua teia de alianças na região. Por isto, a abertura ao Irão tem dois grandes méritos.

O primeiro é não o deixar à solta nesta fase ascensional, caso contrário cavar-se-ia ainda mais a percepção de ameaça regional que uma eventual nuclearização transmite. O segundo é expor as divisões dentro do regime iraniano, entre os que querem manter-se no roteiro da diplomacia multilateral (como os civilistas à volta da presidência do país) e os que querem incendiar intermitentemente o Ocidente para reforçar a natureza das suas posições (como o Líder Supremo e o séquito de ayatollahs). O Irão é tudo menos uniforme e unívoco e Obama quer aproveitar isso para travar o descontrolo na proliferação nuclear em tempo caótico no Médio Oriente e encontrar uma via de regresso à região que permita, a partir daqui, enfrentar os conflitos em curso. Ou seja, permitem aos EUA, já como grande potência determinante, mediar os equilíbrios de poder entre Irão e Arábia Saudita, sem os quais dificilmente haverá um mínimo de estabilidade na Síria, Iraque, Líbano e Iémen ou se moldará positivamente o comportamento das outras monarquias do Golfo e do próprio Egipto.

Os efeitos destas geografias diplomáticas calibradas por Obama só se farão sentir depois dele, mas quem quer que seja o próximo presidente terá de carregar o peso destas transformações. A dúvida é como o fará.

O fardo da Casa Branca

A vitória de Obama em 2008 deveu-se a um conjunto de factores para lá das características singulares do candidato. Desde logo, os novos eleitores e as minorias étnicas fizeram a diferença. En-

tre 2004 e 2008, mais cinco milhões de eleitores foram votar (131 milhões no total, 69 milhões em Obama), além de que, em 2008, surgiram nove milhões de novos eleitores registados com idade de votar, fatia fundamental na vitória democrata. Quem tinha entre 18 e 30 anos representou 20% do eleitorado em 2008, faixa em que Obama conseguiu 67%, o dobro de John McCain. Uma queda significativa aqui pode ser fatal nas aspirações do próximo candidato democrata.

Também as minorias foram extraordinariamente importantes em 2008. Os afro-americanos eram 11% do eleitorado total e 95% estiveram com Obama. Os latinos, que eram 9% do total e em que 69% votaram em Obama, serão 13% em 2016 e o segmento do eleitorado que demograficamente mais cresce: em 2060 serão 30% da população dos EUA. Um outro grupo crucial em 2008 foi a chamada *creative class*, gente com educação superior, rendimentos anuais acima dos 75 mil dólares e que compunha 26% do total de eleitores. Aqui, Obama garantiu 61% de apoio, pelo que conquistar este grupo e refazer o apoio dos mais jovens – segurando as minorias afro, hispânica e asiática – será a chave de uma reeleição democrata em 2016.

De facto, o campo republicano não tem vida simples, apesar das maiorias no Congresso. Primeiro, não vai ser fácil apagar as feridas abertas de umas primárias tão intensas, nem confiar cegamente na imensidão do eleitorado branco (72% do total). E entre o eleitorado que mais cresce, o latino, a história tem sido cruel: nas últimas seis eleições só por uma vez um candidato republicano conquistou mais votos do que um democrata. Além disso, Obama tem ainda tempo para dividir a oposição, colando-a aos bloqueios do sistema, à falta de equidade fiscal e aos 1% que têm a grande fatia da riqueza. O facto de retomar a reforma da lei de imigração – através de uma ordem executiva autorizando uma folga temporária nos processos de deporta-

ção a cerca de 5 milhões de imigrantes ilegais – e de perceber a mudança de percepção entre as comunidades de origem cubana, menos intransigentes à aproximação ao regime dos irmãos Castro, obriga o GOP cacofónico e refém da ala mais estridente do Tea Party a encontrar uma linha coerente para não perder eleitores cada vez mais determinantes numa eleição. E esta é uma tarefa muito difícil de montar.

Mas se já não corre para a reeleição, que ganha Obama com isto? Duas coisas essenciais. Vincar o poder de iniciativa política quando muitos já o dão como acabado e forçar a divisão no GOP. O primeiro caso é fundamental para garantir um legado na história presidencial. O segundo é meio caminho para desgastar um partido que parecia regressar à mó de cima, mas que tem tudo para se trucidar internamente até 2016. Obama poderá então dizer que fez as pazes com o seu partido, mesmo perdendo sucessivas *midterms*.

Mas talvez o grande fardo do próximo presidente seja maximizar a importância da revolução energética em curso nos EUA e no Atlântico. Obama pode não ter acertado completamente a agulha na política externa, mas tornou os EUA auto-suficientes, alterando o seu perfil de importador crónico para grande produtor global. Desde Nixon que todos os presidentes bateram nesta tecla, mas nenhum inverteu a condição nem tão pouco o papel determinante da OPEP na geopolítica da energia. Este quadro vai mostrar-nos como serão os próximos vinte anos tão diferentes dos últimos.

O *boom* exploratório das empresas norte-americanas levou os EUA, a partir de 2009, a alterar a sua trajectória energética, ultrapassando hoje a Rússia como maior produtor de gás mundial e projectando o seu papel como futuro líder exportador desse recurso. Em 2013, já 95% do gás natural consumido nos EUA teve origem interna, contornando a crise económica e sinalizando uma maior independência

face a zonas tradicionalmente problemáticas do ponto de vista da importação de petróleo, como o Médio Oriente. Mas mais importante do que isto, altera por completo a percepção de declínio americano face à China (o maior importador de energia mundial) e de reflector da instabilidade provocada pela Rússia na Europa, contribuindo para novos equilíbrios na geopolítica energética, com os EUA mais focados no Atlântico e menos no Médio Oriente, tendo em conta a emergência partilhada na produção de combustíveis fósseis com o Canadá, o México e o Brasil, geografia à qual Portugal não pode deixar de redobrar atenções se quiser, juntamente com Espanha, ser a nova porta de entrada do gás Atlântico para a Europa.

Aliás, se a geopolítica energética consolidar a centralidade do Atlântico e reforçar a relevância da Europa para Washington, os EUA encontram novos argumentos para voltar a ser a grande potência equilibradora na Europa, seja para influenciar a Alemanha a gerir a zona euro, evitar a saída do Reino Unido da UE, e dar o aviso a Le Pen, caso esta, do Eliseu, acene a Putin com novo eixo. É que nunca, depois de 1945 e 1989, a Europa precisou tanto dos EUA, e o próximo presidente americano vai ter de lidar com essas frentes, atendendo ainda ao que Obama lhe deixa: um acordo de livre comércio trans-Pacífico (TPP) negociado e um outro com a UE (TTIP) em rota de articulação. E se ambos irão consolidar os EUA como a grande potência do Pacífico e do Atlântico, os europeus precisam de perceber a grande fotografia para evitar uma desatenção fatal na relação com Washington.

A começar pela maximização económica. EUA e UE são metade do PIB mundial, o seu comércio gera anualmente mais de 5 biliões de dólares e, em 2013, 56% do investimento directo americano foi para a Europa: seis vezes mais para a Irlanda do que para a China, onze vezes mais para o Reino

Unido e catorze vezes mais para a Holanda. Desde 2000, os EUA investiram mais na Holanda do que na América do Sul, Médio Oriente e África juntos, além de que o investimento directo europeu representa 74% de todo o investimento estrangeiro nos EUA.

Convém aliás destapar a realidade económica ofuscada pelo suposto manto pós-europeu de Obama. Desde 2000, a China representou apenas 1,5% de todo o investimento global americano, doze vezes menos do que para a Holanda e seis vezes menos do que para a Irlanda. Em 2013, os EUA investiram quatro vezes mais na Holanda do que em todos os BRICS juntos e, em 2014, os proveitos das empresas americanas na Europa ultrapassaram os resultados na América Latina e Ásia em conjunto. Nesse ano, a Florida exportou oito vezes mais para a Europa do que para a China, e a Califórnia, na costa do Pacífico, o dobro. Podemos discutir os termos da narrativa pós-europeia de Obama, mas não negar a realidade.

Mas se o acordo com a UE pode beneficiar 800 milhões de consumidores, ele tem uma matriz iminentemente geopolítica: uniformizar regulamentos e abolir a duplicação de regras é essencial para gerar riqueza e empregos, serviria ainda como contrição dos excessos que levaram à crise de 2008 e cujos efeitos se sentiram na perda de influência relativa do espaço euro-atlântico, mas sobretudo iria influenciar a dinâmica negocial global afectada pela geografia variável do fornecimento de serviços e matérias-primas. O TTIP pode bem ser, juntamente com a política de independência energética dos EUA, o grande factor global de força ocidental nas próximas décadas.

Se o legado de Obama – na economia, diplomacia, energia e comércio externo – for bem aproveitado pelo seu sucessor, então a história colocá-lo-á na posição que merece na hierarquia presidencial americana: num dos lugares da frente.

A ler e a ver



Race of a Lifetime e Double Down **John Heilemann e Mark Halperin**

São os melhores contributos para percebermos por dentro as duas campanhas eleitorais de Obama. 2010 e 2013.

Barack Obama's Post-American Foreign Policy: The Limits of Engagement **Robert Singh**

É o mais equilibrado livro sobre o primeiro mandato de Obama em política externa, mostrando as linhas de continuidade com administrações anteriores. 2012.

Foreign Policy Begins at Home (2013) **Richard Haass**

É capaz de ter sido o livro de cabeceira nos mandatos de Barack Obama: primeiro arrumar a casa, depois maximizar o poder da América no mundo. 2013.

The West Wing **Aaron Sorkin**

De longe, a melhor série sobre a campanha eleitoral americana, os bastidores da Casa Branca e a tensa relação que mantém com o Congresso, o sistema judicial e os *media*. 2013.